

ATA Nº 32 – DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte um, às oito horas, reuniu-se na sala de reuniões da Emdur, o Conselho de Administração da Emdur, com a presença dos seguintes membros: Neuroci Antônio Frizzo como Presidente, João Laudelino Bonetti, Jadyr Cláudio Donin, Luciane Grazielle de Souza Leonardi, Beloir João Rotta, João Rocha, Gilcimar Machado da Silva, Diana Meri Golin além dos Diretores Executivos, Diretor Superintendente Ascânio José Butzge, Diretor Jurídico Douglas Diogo de Queiroz, Diretor Financeiro Antonio Aparecido Lange, o Presidente do SINTRAEP Leandro Wancler e o Secretário Geral do SINTRAEP Luiz Fernando Covatti Hanel. O Senhor Presidente deu início à reunião informando a todos sobre a pauta, sendo uma convocação extraordinária informando os pontos a serem deliberados: apresentação da nova Diretoria Executiva e Conselheiros; encargos inerentes do regime jurídico do pessoal da EMDUR; e possibilidade de contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse. Após isso cada conselheiro se apresenta, bem como os diretores executivos e demais presentes. Iniciada a reunião o Presidente abre a deliberação sobre os encargos inerentes do regime jurídico do pessoal da EMDUR. Ascânio inicia explanando quanto à questão de FGTS dos empregados da EMDUR e passa a palavra ao Diretor Jurídico Douglas. Douglas esclarece quanto à estrutura administrativa dos diretores da EMDUR, quanto ao seu vínculo empregatício e levanta os pontos do Estatuto da EMDUR. Ainda, explana que a situação de recolhimento de FGTS dos diretores da EMDUR foi baseada em reiteradas decisões de Tribunais, no sentido de que é possível realizar o devido recolhimento. Fala que a legalidade do recolhimento de FGTS foi questionada pelo Ministério Público, e que o mesmo questiona o Artigo 25 do Estatuto da EMDUR. Por fim, fala que a sugestão é de que o Estatuto seja alterado a fim de deixar estabelecido o recolhimento do FGTS. Beloir questiona se tal situação abriria precedente para recolhimento de FGTS por parte dos servidores do Município. Neuroci explica que o regime jurídico da EMDUR difere do Município. Gilcimar fala que a alteração do Estatuto da EMDUR, por sua personalidade jurídica diferenciada, precisa ser muito bem analisada e discutida. Antônio esclarece que o ponto a ser discutido é pelo recolhimento ou não do FGTS e que a alteração do Estatuto seria a posteriori. Jadyr esclarece que os empregados da EMDUR tem regime celetista, e por vezes isso acaba causando imbróglios com a personalidade jurídica da empresa pública de direito privado, ainda, fala que tal situação poderia causar um passivo trabalhista quanto a recolhimentos anteriores não realizados. Neuroci explana da necessidade de se fazer uma consulta junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná no sentido da possibilidade de recolhimento do FGTS, e com a resposta fazer ou não a alteração do Estatuto da EMDUR, conforme a necessidade. Ascânio esclarece que a intenção é de cumprir a legalidade perante o Fundo de Garantia e formalizar a resposta do questionamento feito pelo Ministério Público quanto ao artigo 25 do Estatuto da EMDUR e o questionamento quanto à situação de não ter passado pelo Conselho de Administração o recolhimento de FGTS. Douglas faz a leitura do artigo 25 do Estatuto da EMDUR e faz esclarecimentos. Ascânio explica sobre a criação da Lei 13.303/2016 e suas mudanças que afetam a estrutura administrativa da EMDUR. Presidente Neuroci coloca em votação a questão do recolhimento do FGTS bem como realização de consulta junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Gilcimar sugere que seja formalizada a resposta junto ao Ministério Público de que o recolhimento será realizado com base na decisão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná até que seja realizada a nova consulta e decisão final. Fica aprovado por unanimidade pelo recolhimento do FGTS e consulta ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Presidente Neuroci levanta outro assunto da pauta que é a possibilidade de contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse. Ascânio explica a situação da necessidade de contratação de pessoal por tempo determinado e passa a palavra ao Diretor Jurídico Douglas. Douglas explica que a contratação de pessoal por tempo determinado se dá em necessidade de situação específica para realização de obras, e que com isso evitaria a contratação de terceiros através de licitação. Antônio fala da dificuldade em cumprimento de prazos para execução de obras, e questiona se é necessária a autorização legislativa para contratação temporária. Neuroci explica que a contratação deve ser autorizada por Lei e questiona o cumprimento da Lei Complementar 173/2020. Douglas explica que quanto à aplicação da Lei há justificativa técnica para a contratação de pessoal por tempo determinado. Diana faz questionamentos sobre a situação de emergência quanto à contratação temporária, sendo explicado por Douglas que as obras têm prazo determinado para execução, e que por vezes o efetivo da EMDUR não é suficiente para a demanda. Jadyr enaltece a importância de a EMDUR

executar obras contratadas pelo Município e a efetiva necessidade de contratação do pessoal por tempo determinado. Gilcimar fala sobre a importância da observância da legalidade quanto à contratação específica, a fim de evitar problemas judiciais. Presidente Neuroci coloca em votação a possibilidade de contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse, ficando aprovado por unanimidade. O projeto de Lei será redigido e apresentado em nova reunião extraordinária a ser realizada em data oportuna. Ascânio solicita ao Presidente a abertura de oportunidade para breve apresentação de resultados, operações e demonstrações gerais da EMDUR, sendo oportunizada prontamente. A apresentação contendo 07 (sete) laudas vai anexa à Ata da Reunião. Não havendo mais nada a tratar lavrou-se a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes.

Neuroci Antônio Frizzo – Presidente	
João Laudelino Bonetti – Conselheiro	
Jadyr Cláudio Donin – Conselheiro	
Luciane Grazielle de Souza Leonardi – Conselheira	Luciane Leonardi
Beloir João Rotta – Conselheiro	
João Rocha – Conselheiro	
Gilcimar Machado da Silva – Conselheiro	
Diana Meri Golin – Conselheiro	
Ascânio José Butzge – Diretor Superintendente	
Douglas Diogo de Queiroz – Diretor Jurídico	
Antônio Aparecido Lange – Diretor Financeiro	
Leandro Wancler – Presidente do SINTRAEP	
Luiz Fernando Covatti Hanel – Secretário Geral do SINTRAEP	

Principais Obras Executadas - 2021

- Capa Asfáltica Três Quedas, Distrito de Vila Ipiranga; (4,9 km)
 - R\$ 1.010.363,24;
- Base para pavimentação e Capa Asfáltica na localidade de Linha Mandarin; (4 km)
 - R\$ 1.956.059,93;
- Pavimentação, galeria, meio-fio, calçada e recapeamento asfáltico na Rua Navílio Donassolo, Vila Pioneiro;
 - R\$ 400.787,26;
- Pintura da sinalização viária no Jardim Porto Alegre;
 - R\$ 62.578,75;
- Pintura da sinalização viária na Rua Barão do Rio Branco;
 - R\$ 53.256,20;

Principais Obras à Executar

- Pavimentação asfáltica, galerias de águas pluviais, ciclovia e serviços diversos em trecho da Estrada Rural OT 205 (915 metros) e Pavimentação asfáltica da Estrada Rural OT 455A (152,4 metros) estrada para o distrito de São Luiz do Oeste;
 - R\$ 1.550.141,67;
 - Já finalizamos boa parte das galerias (faltam as travessias) e iremos iniciar agora o meio fio para a ciclovia;
- Aterro Sanitário Emergencial: Execução de serviços para aumento da capacidade do Aterro Sanitário Municipal.
 - R\$ 2.486.682,01;
- Tapa buraco Rural;
 - R\$ 1.175.465,59 - 1.666,75 Toneladas de CBUQ - Cerca de 2,7 km de recuperação;
- Tapa buraco Urbano;
 - R\$ 782.725,00 - 1.562,50 Toneladas de CBUQ - Cerca de 2 km de recuperação;
- Pavimentação, meio-fio e galeria na Rua José Jacobs entre a Rua Treze de Abril e a Sanga Panambi, Vila Industrial. Além de construção de ponte de concreto armado sobre a Sanga Panambi;
 - R\$ 529.242,37
- Urbanização, compreendendo os serviços de pavimentação asfáltica, galerias de águas pluviais, recapeamento asfáltico, canteiro central, passeio e ciclovia nas ruas no distrito de Bom Princípio;
 - R\$ 5.071.582,64

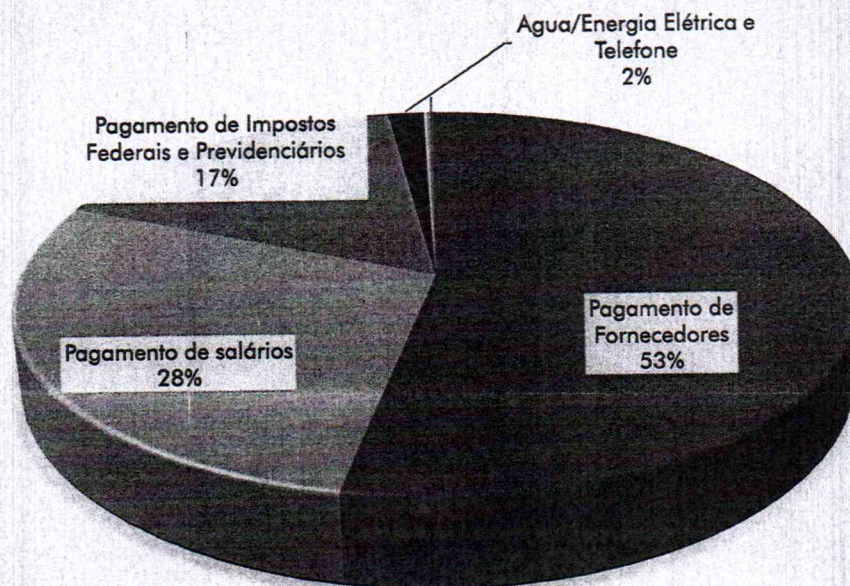
Produção

PEDREIRA		USINA DE ASFALTO		FÁBRICA	
Produção de Pedras em m³	13.088	Produção de Asfalto em toneladas	1.426,095	Produção de concreto em m³	38,7586
Custos da Produção		Custos da Produção		Custos da Produção	
Salários, encargos e benefícios	78.973,55	Salários, encargos e benefícios	34.735,27	Salários, encargos e benefícios	42.880,39
Matéria Prima	-	Matéria Prima	317.620,57	Matéria Prima	28.797,92
Frota	53.028,76	Frota	14.805,54	Frota	65,94
Detonações	-	Energia/Telefone	9.112,30	Energia/Telefone	2.322,32
Energia/Telefone	18.154,63	Depreciação	16.465,38	Despesas com concessão	8.591,21
Despesas com concessão	58.437,61	TOTAL	392.739,06	Depreciação	443,80
Depreciação	17.464,67			TOTAL	83.101,58
TOTAL	226.059,22				
Custo Médio – R\$ 22,32 / m³		Custo Médio – R\$ 275,39 / TON		Custo Médio – R\$ 2.216,59 / m³	

Fluxo de Caixa

JANEIRO	
ATIVIDADES OPERACIONAIS	
(+) Recebimento de clientes	1.425.519,78
(+) Cheques a Depositar	446,32
(-) Cheques Depositados	
(-) Pagamento de Impostos Federais e Previdenciários	452.670,49
(-) Pagamento de salários	770.154,83
(-) Pagamento de Fornecedores	1.453.409,51
(-) Água/Energia Elétrica e Telefone	44.121,39
(-) Despesas Financeiras	976,25
(-) Outras Despesas (ARTs / Correios / custos de processos / Junta comercial)	3.062,83
(-) Seguro em grupo	3.509,00
(-) Pagamento de indenizações	3.789,48
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-1.304.816,72
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	
(-) IRRF s/aplicações financeiras	-959,64
(-) IOF s/aplicações financeiras	-482,07
(+) Juros s/aplicações Financeiras	1.703,98
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	262,27
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	-1.304.554,45
CAIXA - SALDO INICIAL	2.659.941,61
CAIXA - SALDO FINAL	1.355.387,16

Pagamentos



Situação financeira na posse

Saldo bancário	2.659.941,61
Receber curto prazo	184.283,54
Total	2.844.225,15
Fornecedores a pagar	-1.848.485,14
Obrigações tributárias	-232.506,49
Salários e encargos a pagar	-945.891,69
Outras obrigações a pagar	-45.251,26
Total	-3.072.134,58
RESULTADO	-227.909,43
Receber a médio e longo prazo	696.407,12
Indenizações a pagar	-661.370,75
Total	-192.873,06

Receita com Obras

Obra	Valor
Readequação de galerias próximo a PR 182	R\$ 90.581,82
Capa asfáltica em Linha Lajeado, distrito de Vila Nova	R\$ 9.174,73
Recapeamento de diversas ruas no distrito de Vila Ipiranga	R\$ 287.715,66
Base para pavimentação em Linha Três Quedas	R\$ 801.452,16
Calçadas da Farmácia Escola	R\$ 26.293,50
Execução de carneiras novas para o Cemitério Cristo Rei	R\$ 23.563,15
Capa asfáltica em Linha Três Quedas	R\$ 565.259,12
Total	R\$ 1.804.040,14

Receitas da Rodoviária

JANEIRO

Tarifa de Utilização	R\$ 28.371,70
Taxa de Permissão de Uso	R\$ 6.929,02
Total	R\$ 35.300,72

Embarque de Passageiros

Intermunicipal	9.068
Interestadual	1.917
Metropolitano	1.493
Linha Municipal	16
Total	12.494

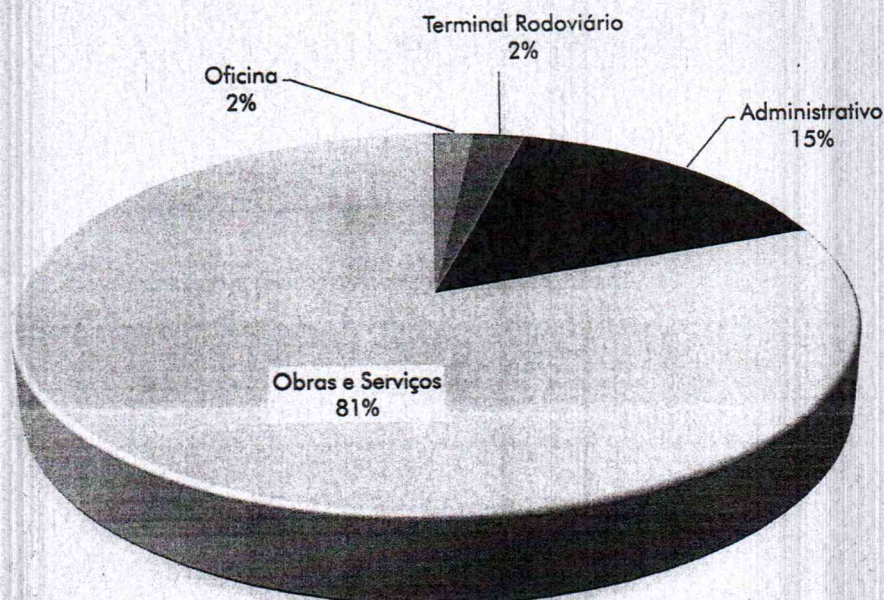
Receitas

JANEIRO	
SETOR DE SERVIÇOS CONTINUADOS	R\$ 160.396,99
SETOR DE OBRAS	R\$ 1.804.040,14
RODOVIÁRIA	R\$ 35.312,80
RECEITAS FINANCEIRAS	R\$ 6.811,55
OUTRAS RECEITAS	R\$ 23.003,10
TOTAL DA RECEITA BRUTA	R\$ 2.029.564,58
DEDUÇÕES	- R\$ 183.674,87
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA	R\$ 1.845.889,71

Despesas

JANEIRO	
Obras e Serviços	R\$ 1.439.593,32
Oficina	R\$ 30.905,82
Terminal Rodoviário	R\$ 41.755,99
Administrativo	R\$ 273.974,28
Despesas Financeiras	R\$ 1.460,73
Total	R\$ 1.787.690,14

Despesas

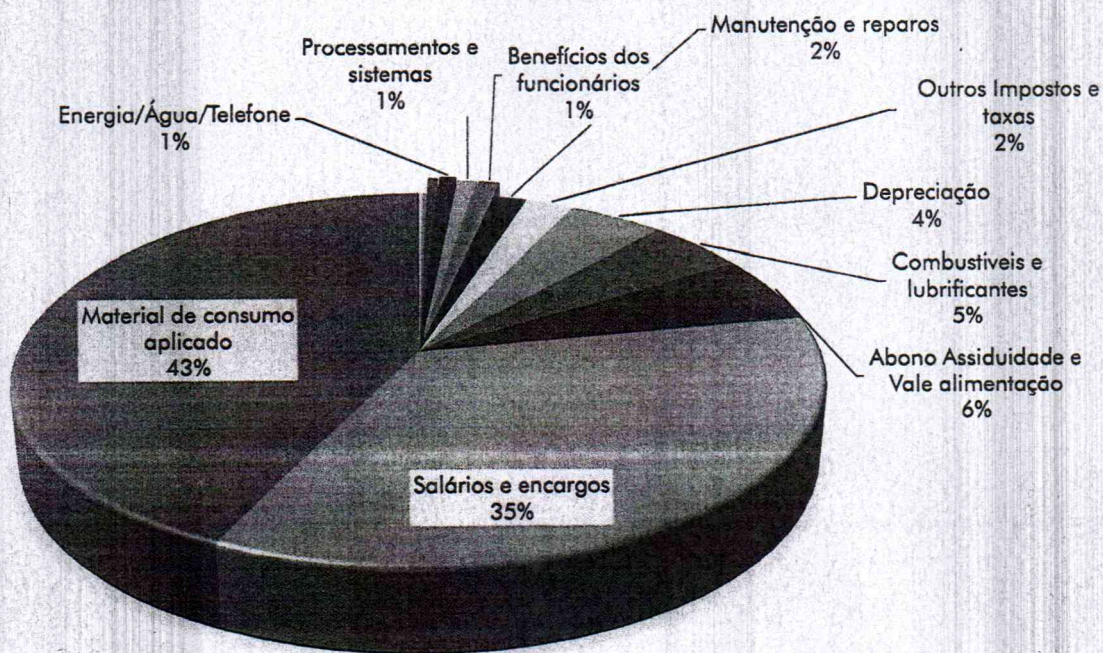


Despesas

JANEIRO

Material de consumo aplicado	R\$ 765.465,97
Salários e encargos	R\$ 627.616,56
Abono Assiduidade e Vale alimentação	R\$ 102.960,50
Manutenção e reparos	R\$ 28.158,34
Combustíveis e lubrificantes	R\$ 81.448,65
Depreciação	R\$ 77.961,01
Indenizações trabalhistas e danos	-
Processamentos e sistemas	R\$ 16.067,57
Material Rodante	R\$ 8.483,59
Benefícios dos funcionários	R\$ 17.119,72
Estágios/Jovens aprendizes	-
CIPA e material de segurança	R\$ 41,80
Energia/Água/Telefone	R\$ 13.932,88
Material de limpeza	R\$ 345,00
Outros Impostos e taxas	R\$ 40.345,86
Viagens e treinamentos/cursos	-
Material de expediente	R\$ 3.171,69
Seguro de frota e Predial	R\$ 3.000,27
Livros, Jornais e revistas	-
Baixas do ativo	-
Despesas e tarifas Bancárias	R\$ 1.458,32
Juros, multas e variações	R\$ 2,41
TOTAL BRUTO	R\$ 1.787.580,14

Despesas



Resultado

